



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Reajuste das forças de segurança do Distrito Federal será anunciado hoje

Uma das demandas mais aguardadas pelas forças de segurança pública do Distrito Federal está prevista para sair do papel hoje. O governador Ibaneis Rocha (MDB) tem encontro marcado com as categorias às 10h, quando deve anunciar a porcentagem do reajuste salarial das corporações. A reunião será no Salão Branco do Palácio do Buriti. Também serão divulgados detalhes sobre a regulamentação da lei que garantirá assistência à saúde de policiais civis da ativa, aposentados, bem como dependentes legais.

À espera da MP

A expectativa dos integrantes das forças é de que o processo necessário à concessão do reajuste termine até 1º de abril, seis meses antes das eleições. A lei impede que haja revisão da remuneração de funcionários públicos de 180 dias para o pleito até a data da posse dos eleitos. Contudo, a liberação depende, ainda, da publicação de medida provisória (MP) pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que, até o início deste mês, resistia à ideia em virtude de possíveis atritos com servidores federais.

SSP-DF/Divulgação



Longos debates

Policiais e bombeiros do DF contam com a aprovação da MP no Congresso Nacional e a promulgação da lei nesse prazo. Assim, os primeiros depósitos começariam a cair até junho. A definição ocorreu após inúmeras reuniões promovidas desde o ano passado, mediadas pela Secretaria de Segurança Pública. Dos encontros, participaram representantes das categorias, chefes das forças, integrantes das áreas técnicas das corporações e nomes da Secretaria de Economia. A porcentagem concedida será anunciada oficialmente na solenidade de hoje. Mas, segundo o Buriti, os valores estão inclusos na previsão orçamentária.

Luos e uso de máscaras em debate entre os distritais

As sessões da Câmara Legislativa desta semana começam com a votação de matérias importantes. Além do projeto de lei complementar que muda pontos da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) — a qual define regras sobre o território do DF —, será votada a proposição que derruba duas leis distritais sobre as máscaras de proteção. A revogação delas visa permitir que o decreto com desobrigação de uso do item possa valer, evitando questionamentos da norma na Justiça. Os temas entraram na pauta após reunião do Colégio de Líderes, na semana passada.

Justiça por Marielle e Anderson

O assassinato de Marielle Franco (PSol-RJ) e do motorista Anderson Gomes continua sem respostas há quatro anos. Ontem, mesma data em que ocorreu o crime, atos promovidos em todo o país cobraram justiça pela morte dos dois. Em Brasília, uma ação no Setor Comercial Sul, na Praça Marielle Franco, teve entrega de placas com o nome da vereadora, conhecida, principalmente, pelo engajamento na luta em defesa dos direitos humanos.



ENQUANTO ISSO, NA SALA DE JUSTIÇA...

A segunda instância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios entendeu que o crime de descumprimento de medida protetiva em favor de vítimas de violência doméstica continua configurado em caso de reconciliação do casal. Um homem que voltou para a casa da ex-companheira, apesar de proibido pela Corte, teve a condenação mantida pelos desembargadores da 1ª Turma Criminal. O réu alegou que havia reatado a relação com a vítima e que, portanto, a aproximação teria ocorrido de maneira consentida. No entanto, como as medidas continuavam estabelecidas, o ato caracterizou delito, e ele deverá cumprir pena de três anos de prisão em regime aberto.

Alexandre A. Bastos/Divulgação



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

Por mais um ano: quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes?

Quem dá mais?

O xadrez das articulações políticas no período de pré-campanha eleitoral leva partidos a buscarem figuras com atuação em áreas estratégicas. No atual cenário, uma das pautas de peso para as legendas tem relação com o preço dos combustíveis. É assim que os olhares dos dirigentes das siglas se voltam para nomes bastante conhecidos ou novos, mas com capacidade de representar segmentos e de conseguir emplacar pautas defendidas por integrantes desses setores.



Interesses particulares

No DF, uma empresária brasileira que administra uma rede de postos de combustível com unidades na capital federal e em Goiás, além de outros negócios, tem atraído essa atenção. Legendas de direita e centro-direita tentaram garantir a filiação dela, para que concorresse à Câmara dos Deputados e atuasse em nome de propostas do setor produtivo. No entanto, o União Brasil, que lidera as conversas, teria dissuadido a pretensa pré-candidata a disputar uma das oito cadeiras e tentar outra vaga. Os diálogos com a sigla estariam sob mediação do distrital Eduardo Pedrosa (DEM).

Novos dirigentes no TRT-10

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10/DF-TO) empossa, no próximo dia 23, os novos dirigentes da Corte. Os desembargadores Alexandre Nery de Oliveira (E) e José Ribamar Oliveira Lima Júnior assumirão os cargos de presidente e vice, respectivamente, para o biênio 2022-2024. A solenidade ocorrerá em formato híbrido e, à noite, haverá um jantar de celebração da posse, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Amatra10). Os dois foram eleitos para a vaga em dezembro, por unanimidade.



TRT-10/Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista/ FABIANA DI LÚCIA, CHEFE DE COORDENAÇÃO DE TERRAS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

Ao *CB.Poder*, Fabiana detalha que há 5 mil processos para análise. Ela ressalta que a legalização de terras produtivas garante segurança jurídica para os donos, evita grilagens e contribui para o desenvolvimento econômico do campo

Regularização rural é foco da Terracap

» BERNARDO GUERRA*

O Governo do Distrito Federal (GDF) corre contra o tempo para promover a regularização fundiária e o desenvolvimento econômico no campo. “Sabemos que Brasília tem 70% de suas terras como rurais, e mais de 50% desse percentual não estão regularizadas. Nós estamos com uma determinação de regularizar o maior número possível de terras rurais no Distrito Federal, para que a gente consiga promover esse desenvolvimento econômico dessas regiões. Nós lançamos uma força-tarefa

O que a Terracap está fazendo para melhorar as condições de vida e atender ao pleito dos produtores acerca da dificuldade de ter a titularidade da terra?

Nesse assunto da regularização rural, sabemos que Brasília tem 70% de suas terras como rurais, e mais de 50% desse percentual não estão regularizadas. Nós estamos com uma determinação de regularizar o maior número possível de terras rurais no Distrito Federal, para que a gente consiga promover esse desenvolvimento econômico dessas regiões. Nós lançamos uma força-tarefa

Nós estamos com uma determinação de regularizar o maior número possível de terras rurais no Distrito Federal”, destacou Fabiana Di Lúcia, chefe de Coordenação de Terras da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), ao jornalista Vicente Nunes, ontem, durante o programa *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília.

para análise desses processos de regularização. Hoje, temos cerca de 5 mil, a maior parte estando como pendente de uma análise efetiva.

Isso vem lá da criação do Distrito Federal?

Sim, exatamente em razão das dificuldades do acerto fundiário. Nós temos uma lei de registros públicos que determinam o procedimento que deve ser adotado e, como Brasília tem uma característica mais peculiar de ter vindo de uma desapropriação, várias dessas fazendas estavam registradas em outros estados, e, com as ocupações

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



voltadas para o desenvolvimento do DF, foram deixadas de lado.

A grilagem ocorre nessas terras?

Com certeza. Constantemente, fazemos ações de conscientização

e pedidos aos produtores para que nos ajudem no combate às ocupações irregulares, porque elas prejudicam aqueles que estão cumprindo requisitos e função social dos locais. Paralelamente,

tem pessoas fazendo expansões irregulares para fins residenciais, parcelamento de terra, e tudo isso prejudica o processo do acerto da regularização fundiária.

Lojas de construção ainda vendem materiais e kits para pessoas se instalarem em terras públicas?

Sim, isso é constante, a gente conhece esses kits. Eu acompanho e participo de alguns grupos, juntamente com o DF Legal, e é um trabalho que merece muito respeito, porque, a cada minuto, tem uma nova tentativa de construção ou de parcelamento. É diário e precisa ser acompanhado não só pelo governo mas pela população que está naquela região.

Que trabalhos são feitos nas áreas rurais em relação à educação?

Muitos. Quando você visita uma área rural do DF, vê que tem uma distinção grande. Neste governo, regularizamos 22 áreas cedidas para a Secretaria de Educação, e mais quatro estão em fase final. Fizemos algumas para creches.

Muitas produtoras rurais, as mães que estão com seus filhos, precisam de uma oportunidade para que continuem se desenvolvendo profissionalmente. Eu, como mulher, tento levar às áreas rurais as ações de estímulo ao empreendedorismo feminino. Esse cooperativismo aumenta a arrecadação e a geração de empregos, tem uma série de fatores que são beneficiados.

Do ponto de vista político, o que a Câmara Legislativa tem feito para ajudar vocês?

A Câmara tem atuado muito com nosso trabalho. Principalmente nas inovações legislativas, tivemos a Lei Professor Aníbal, estamos em fase de regulamentação agora. Desde 2017, não tinha nenhuma mudança e essa atualização era necessária para que a gente conseguisse, de fato, regularizar ocupações. Todas as demandas que estamos tendo têm sido muito bem atendidas pela Câmara.

*Estagiário sob a supervisão de Guilherme Marinho